

Contexto e objectivos do Colóquio

■ SUSANA OLIVEIRA JORGE* ■

Quando em 1993, em Estrasburgo, se iniciou, de forma efectiva, a programação da “Campanha da Idade do Bronze” do Conselho da Europa, muitos investigadores ali presentes se questionaram sobre o alcance de tal programa. A Europa desejava sedimentar um projecto de união, através da comemoração de uma fase do seu passado. A Idade do Bronze tinha sido escolhida como a “Primeira Idade de Ouro da Europa”. Ou seja, como a “primeira Europa”. Entre os delegados europeus rapidamente cresceu a noção de que se estava ali para sancionar um projecto político. E quem éramos nós? Investigadores, cientistas sociais, normalmente afastados da prática política. Tínhamos, no entanto, sido convidados a cautionar regularidades, convergências, eventuais identidades. Seria prudente envolvermo-nos activamente em tal empreendimento?

Não é difícil encontrar eventuais convergências culturais, e promovê-las a sinais emblemáticos, no período que se convencionou chamar “Idade do Bronze”. Muitos defendem que o continente europeu sempre se demarcou, ao longo da sua Pré-história, através de especificidades culturais: veja-se a Europa do Paleolítico superior com a sua magnífica arte rupestre, desde a Península Ibérica até aos Urais; ou a Europa do III milénio a.C., com a sua singular “colonização” agro-pastoril. Porém, a Europa da Idade do Bronze teria produzido uma importante novidade: durante os finais do II milénio e os inícios do I milénio a.C., as elites de alguns centros políticos ter-se-iam articulado “em rede”, fomentando um sistema de interdependências e “solidariedades” moventes, que, a prazo, transformaria a própria realidade do espaço europeu. Para alguns, durante a Idade do Bronze, a Europa – ou o território a que ela se foi confinando – começou a “delimitar-se” e, num certo sentido, “visualizar-se” para si própria.

Contudo, tal “delimitação” poderá legitimar o início de um processo de criação de uma identidade europeia a partir do II milénio a. C.?

O conceito de “identidade” é fulcral nesta discussão. O Colóquio de Londres (Outubro de 1994), integrado nesta Campanha, discutiu precisamente os limites da apreensão da identidade das sociedades pré-históricas no chamado “registo arqueológico”. A questão da identidade cultural remete-nos para um mecanismo de dupla face: por um lado, o auto-reconhecimento dos grupos humanos e, por outro, a sua categorização *a posteriori* por parte dos investigadores. Como se sabe, a catalogação de uma identidade é um processo, muitas vezes, incrementado a partir do exterior como forma de manipulação e domínio inter-comunitários. A Arqueologia pode tentar captar padrões recorrentes de comportamento, e pode, até certo ponto, deduzir da maior ou menor auto-consciência dos grupos sobre esses mesmos comportamentos. Mas é débil no isolamento daquilo que fornece aos elementos de um grupo consciência da sua afinidade, no espaço e no tempo, e que é o *habitus*, ou seja, o elo, ancorado na “experiência” entre identidade “subjectiva” e o contexto “objectivo” de cada comunidade. A “criação étnica” (qualquer que seja o sentido em que é utilizada tal expressão) raramente se deixa capturar pelo chamado “registo arqueológico”.

Desta maneira, fica reduzida, na minha opinião, a possibilidade de entrevermos “identidades” durante a Idade do Bronze. Podemos, é certo, discutir “entidades”, ou seja, estruturas sociais observáveis a diferentes escalas, que se sobrepõem, relacionadas com diversos tipos de poder (ideológico, económico, militar, político). Mas diagnosticar ou discutir “entidades” encontra-se nos antípodas de caracterizar “identidades”. O eixo da discussão é totalmente outro.

É neste quadro problemático que faz algum sentido debater o tema do Colóquio que hoje se inicia: “Existe uma Idade do Bronze Atlântico?”. Questiona-se a natureza de uma entidade arqueológica, construída e mantida durante uma boa parte do século XX. E ao fazer esta pergunta pretende-se também afirmar várias coisas.

Em primeiro lugar, a construção de uma identidade cultural europeia não tem de recorrer à arriscada operação de eleger “Idades de Ouro”, cuja sustentação científica se afigura sempre problemática e efémera.

Em segundo lugar, pode-se, no entanto, utilizar o espaço fornecido por este tipo de iniciativas (ao nível de reuniões científicas e de exposições) para verdadeiramente sondar as diversas sensibilidades científicas sobre a construção do passado europeu. Trata-se de uma oportunidade a não perder: discutir questões estratégicas como “identidade”; congregar em torno dessas questões perspectivas eventualmente antagónicas; ousar confrontar diversas “famílias científicas” europeias sobre o processo de construção dos seus passados; experimentar expor a heterogeneidade de discursos, sem querer atingir, num curto prazo, compromissos artificiais ou falsos consensos.

E com tudo isto talvez aprender qualquer coisa sobre como se constrói uma “comunidade de interesses”, no respeito e incentivo da pluralidade dos seus intervenientes.

Em terceiro lugar, sondar sensibilidades científicas não significa tentar conciliar ou homogeneizar diferentes discursos argumentativos. Temos de admitir que neste domínio existe conflito. A este Colóquio procurámos chamar alguns dos investigadores mais proeminentes, oriundos de diferentes correntes de pensamento arqueológico, para debater a existência e a natureza de uma suposta entidade cultural pré-histórica da fachada atlântica europeia. Como é óbvio, não cremos que tais investigadores cheguem a um total acordo no final deste encontro. Nem desejamos gerir o conflito. O que desejamos, sim, é que cada autor tente explicitar o quadro teórico que subjaz às suas construções e a margem de verosimilhança da respectiva argumentação. Desejamos que se negocie, aqui, o sentido de cada perspectiva, o que implica um efectivo exercício argumentativo, com todos os riscos que uma negociação comporta.

A todos os que aceitaram o desafio de se deslocar a Lisboa para participar neste debate quero, em nome da Comissão Científica, saudar vivamente. Em termos pessoais, faço votos para que esta reunião corporize uma real vontade de diálogo. A única maneira pragmática de “projectar” uma pluralidade de passados para a Europa.

Lisboa, 12 de Outubro de 1995

* Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal.

Context and Aims of the Meeting*

■ SUSANA OLIVEIRA JORGE** ■

In Strasbourg, in 1993, when the Council of Europe's programme for the "Bronze Age Campaign" really began, many researchers wondered about the aims of such a programme. Europe was looking to strengthen its planned union by commemorating a period of its past. The Bronze Age had been chosen as the "First Golden Age of Europe", in other words, the "First Europe". However, the European delegates present at the meeting soon realised that they were there to endorse a political project. And who were we? Researchers and social scientists, who normally keep their distance from the world of politics. But we had been invited to acknowledge the existence of patterns, to endorse common characteristics and possible identities. Would it be wise to become involved in such a project?

It is not difficult to establish common cultural characteristics among the different peoples of Europe and to turn them into emblematic symbols of the period conventionally known as "The Bronze Age". Many researchers believe that throughout its pre-history the European continent was marked by specific forms of culture: consider the magnificent art of the European Upper Paleolithic, found in regions ranging from the Iberian Peninsula to the Urals; or its unique agricultural and stock-raising "colonisation" during the third millennium BC. However, Bronze Age Europe produced an important innovation: the emergence of a new political and economic system. During the final centuries of the 2nd millennium BC and the beginning of the 1st millennium BC, the elite of certain political centres may have created a "network of communication", giving rise to a system of inter-dependency and "solidarity", which eventually changed the very nature of the European area. For some researchers, it was during the Bronze Age that Europe, or rather the territory to which it became confined, began its process of demarcation and, in a certain sense, began to be "aware" of itself.

However, could this "demarcation" be considered responsible for triggering off a process which led to the creation of a European identity in the 2nd millennium BC?

The concept of identity is the essence of this issue. The London meeting (October, 1994) which was integrated in this project, sought to define the limits of the concept of identity in prehistoric societies in the so-called archaeological record. The question of cultural identity can be looked at in two ways: on one hand, the self-awareness of groups and on the other, the *a posteriori* characterisation of this identity by researchers. As is well known, the classification of an identity is a process which is often affected from the exterior as a means of intercommunity manipulation and control. Archaeology may try to discern recurrent patterns of behaviour and may, to a certain extent, be able to assess the degree of self-awareness of these groups in relation to these behaviours. However, archaeologists are not able to determine the mechanisms which lead a group to an awareness of their affinity in space and time and which is the *habitus*, or link, anchored in "experience" between the "subjective" identity and the "objective" context of each community. "Ethnic creation", whatever the term is taken to mean, is rarely discernable from the archaeological record.

Therefore, it is my opinion that there is a very limited possibility of determining the existence of a sense of “identity” during the Bronze Age. We may discuss the concept of entities, or social structures which can be perceived at different levels which overlap and are related to different types of power (ideological, economic, military, political, etc.). Nevertheless, the interpretation and discussion of “entities” is entirely different from the characterisation of “identities”. The basis for the discussion is quite different.

Given this problematic framework, it would seem to make sense to discuss the theme of this meeting: “Is there an Atlantic Bronze Age?”. We are questioning the very nature of an archaeological construction which has been maintained throughout the best part of the 20th century. And at the same time as asking this question, it is our intention to point out some facts.

Firstly, a European cultural identity can be constructed without recourse to the difficult choice of “Golden Ages”, the scientific basis of which has always been problematic and ephemeral.

Secondly, events such as these (scientific meetings and exhibitions) can be used to study the diversity of scientific viewpoints on the construction of a European past. The opportunity should not be wasted to discuss strategic questions such as “identity”; the bringing together of what may be antagonistic points of view; daring to contrast different European scientific trends on the issue of the process of the construction of their past; attempting to expose the heterogeneous nature of their arguments without trying to reach a short-term artificial consensus.

And perhaps, in the process, learn something about how to build a “community of interests” which respects and encourages the plurality of those involved.

Thirdly, looking closely at different scientific viewpoints does not imply an attempt to conciliate or homogenize diverse scientific arguments. We must admit that in this area of study conflict does exist. It was our purpose to invite to the meeting prominent researchers representing different trends in archaeology, to debate the existence and the nature of a so-called pre-historic cultural entity specific to the Atlantic region of Europe. Naturally, we do not expect total consensus among them, nor do we wish to manage the conflict. Our aim is for each researcher to explain not only the theoretical framework underlying his/her theories but also the degree of validity of the arguments used to sustain them. We hope that during the meeting it will be possible to negotiate the meaning of each viewpoint, which implies validation through effective argumentation, with all the risks that this implies.

On behalf of the Scientific Commission of the meeting, I would like to welcome all those who have accepted the challenge of coming to Lisbon to participate in this debate. It is my personal wish that this meeting will produce a real desire for constructive dialogue, as the only way to “build” a diversity of prehistoric pasts in Europe.

Lisbon, 12 October 1995

* This paper was translated by José Álvaro Monteiro da Costa and revised by Catherine Shaw Evangelista (Faculty of Arts, University of Porto, Portugal).

** Institute of Archaeology, Faculty of Arts, University of Porto, Portugal.

